

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITARIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME I

XLIII

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. Eurípedes Simões de Paula.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

O TRABALHADOR ESCRAVO EM GOIÁS NOS SÉCULOS XVIII E XIX (*).

GILKA VASCONCELOS FERREIRA DE SALLES

do Departamento de Geografia e História do Instituto
de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal
de Goiás.

VISÃO GERAL DA ECONOMIA DA CAPITANIA E PROVÍNCIA DE GOIÁS: MINERAÇÃO, LAVOURA E PECUÁRIA.

A expressão sócio-econômica da Capitania e Província de Goiás, no decorrer do século XVIII, flexiona-se, inicialmente, com o período mercantilista dos interesses europeus. Na fase fisiocrática que se esboça, a partir das últimas décadas dos anos setecentos, desvincula-se do surto metalífero, pelo exaurimento das minas, e insinua-se, débil e lentamente, na economia agropecuarista do século XIX. Adquire certa estabilidade pelos meados do último século e somente vai representar alguma realidade dos ideais progressistas liberais, a partir do século XX.

A produção açucareira do litoral levou para o Centro-Oeste a demanda do braço escravo indígena, para sustentar o lucro dos canaviais e outras produções adjacentes. A procura do escravo indígena, concomitante à do metal, inaugura, para Portugal, a fase abundante de sua economia metalífera. Correspondeu ao período de conquista e colonização do centro do Brasil.

A expropriação absorvente e sugadora do minério propiciou o povoamento e determinou a ocupação da terra; possibilitou colonização, construção e organização administrativas a fim de que os desvios e contrabandos fôssem evitados. Em razão do lucro, o aventureiro vê-se obrigado à voltar-se para a produção agrícola a fim de subsistir nos locais de sua atividade.

(*) . — Comunicação apresentada na 5ª sessão de estudos, Equipe A, no dia 9 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*) .

A linha ascensional do metal dinamizou-se, na Europa, em melhores técnicas industriais e incrementou, na América, maiores trocas de produtos tropicais.

Ao período mercantilista, a fisiocracia veio a se suceder, e no ato de insinuar-se, a revolução sócio-econômica européia vibrou seus reflexos no Brasil. Perecendo as últimas esperanças de algum milagre que renascesse da exaustão das minas auríferas, a agricultura e o pastoreio vão corresponder, no centro-oeste, à fase de assentamento e construção efetiva, do que ficou do espólio das riquezas anteriores. Nesta éra que surge, os esforços dos povoamentos não apenas satisfazem às exigências dos grupos dirigentes metropolitanos, mas voltam-se, também, para o progresso próprio. Nascem, em decorrência, ampliações estruturais pela abertura de meios de comunicação mais numerosos e dilatados com o litoral, anteriormente restritos e canalizados em poucas vias, para maior segurança da fiscalização e o impedimento de extravio de riquezas.

A produção agro-pecuária exigiu trocas locais e exportação diversificada e irradiada. Novos surtos migratórios repovoam as regiões antes auríferas, a procura de terras de cultura. Os povoamentos continuam com requerentes de novas sesmarias, imigrando com suas famílias e escravos. Dirigem-se para o sudeste e sudoeste da Capital do antigo centro minerador.

*

A MINERAÇÃO.

Objeto de ocupação efetiva quando o litoral já presenciava quase dois séculos de formação, a sociedade do centro-oeste não diferiu, em linhas gerais, dos primeiros núcleos de povoamento brasileiro. As levas de aventureiros das entradas escravistas eram constituídas de elementos reinóis, paulistas, baianos, nortistas em geral, indígenas e africanos, em organização hierárquica flexível. O chefe das bandeiras paulistas, donos de sesmarias, pertencentes ao patriciado rural, traziam nas fileiras de seus componentes de aventura, os costumes coloniais portugueses, sua formação religiosa e o sistema escravocrata.

Os interesseiros do fulcro aurífero da época vieram impregnados de indisciplina e desajustes, provocando, em decorrência, elasticidade moral e sistema instintivo de ação. A formação religiosa sempre tentou frear os impulsos sem lograr, efetivamente, resultados animadores.

O ano de 1726 é o marco da implantação efetiva da economia goiana. Bartolomeu Bueno da Silva Filho, naquela data, encontrou ouro na região que se denominou Ferreiro, antevisto antes por seu pai. Iniciou-se, logo após, a corrida para o povoado de Santana, onde os mais ricos fulcros auríferos se encontravam.

No decorrer das duas décadas posteriores, os principais centros de mineração foram: Barra, Ouro Fino, Santa Cruz, Jaraguá, Meia Ponte, Natividade, Arraias, Chapéu, Cavalcante, Tocantins, Trairas, Água Quente, Rio Claro e Pilões, havendo fontes diamantíferas nos dois últimos povoados.

A partir de 1745, surgem, ainda, Conceição, Pilar, Crixás, Guarino, Desemboque, Corumbá, Santa Luzia, Bonfim, Caldas Novas e Anicuns (1).

Os núcleos populacionais que se concentravam nas regiões enumeradas, não se formaram, inicialmente, com o propósito de se radicarem. Os centros de mineração povoavam-se de choupanas de proprietários, cujas repartições assim se apresentavam, segundo Andreoni: O descobridor das minas tinha a primeira data devido ao seu achado e como mineiro; logo vinha a que pertencia ao Rei e ao Guarda-Mor. As outras eram distribuídas por sorte. As datas inteiras eram de 30 braças (medida correspondente a 2 m².) em quadra (2).

O candidato à data deveria solicitá-la ao superintendente. A porção que cabia ao Rei, logo seria vendida à maior oferta (3).

A posse de escravos e capital para a exploração das minas era requisito necessário para obtenção de propriedade. Não havia impedimento, entretanto, de que outros componentes em atividades laterais, como a do comércio, do artesanato e de outros ofícios estabelecessem nas regiões auríferas, enriquecendo-se de acordo com sua habilidade e sorte.

Em Goiás, por direito de descobridor, Bartolomeu Bueno da Silva Filho foi investido do cargo de Superintendente das Minas por provisão de 8 de agosto de 1728. João Leite da Silva Ortiz, seu companheiro, recebeu o cargo de Guarda-Mor. Foram, assim,

(1). — ALMEIDA (Victor Coelho), *Goiaz, usos, costumes, riquezas naturais*. Goiânia, Imprensa Gráfica da Revista dos Tribunais. 1944, pág. 7.

(2). — DICIONÁRIO PRÁTICO ILUSTRADO. Lello & Irmãos. Pôrto. 1959.

(3). — ANDREONI (João Antônio), *Cultura e Opulência do Brasil*. Introdução por Alice P. Canabrava. São Paulo. Editora Nacional. 1967, págs. 265-267.

estabelecidos os primeiros cargos administrativos das minas, sob a jurisdição da Capitania de São Paulo.

Em tórno dos rios Vermelho e das Almas cresceram, como cogumelos, os primeiros aglomerados humanos. Às margens do primeiro rio fixou-se a capital da futura Capitania e ladeando o segundo, a cidade mais importante, Meia Ponte, de onde partiu o primeiro núcleo de rebelião chefiada por Manuel Rodrigues Thomar e de cujas conseqüências começa a declinar a boa sorte do clã dos Buenos.

A grande produção aurífera de Goiás durou em média 60 anos (4), tempo suficiente para deixar os vestígios da prosperidade passada nos esqueletos de povoados abandonados, com poucos moradores, empobrecidos e desanimados, em tórno da faiscação das minguas auríferas que sobejaram. Aquêles elementos que se fixaram à terra, explorando a agricultura e a pecuária, sobreviveram com algumas vantagens, ressentindo-se, entretanto, a sua economia, devido aos espaços vazios que permeavam entre uma e outra propriedade, um e outro povoado.

A imprevidência da Corôa, que durante todo o período aurífero legislou em causa própria, não animou a exploração concomitante de outras fontes de renda que viessem a substituir a extinção do ouro. A lavoura só era permitida para suprimento local de subsistência. A lei que extinguiu o direito de plantação de cana-de-açúcar e o fabrico de aguardente, deu grande golpe a incipiente produção agrícola das regiões auríferas (5). Extinguindo-se o metal e a impossibilidade de produção açucareira, aliados ao impôsto de capitação, com exigências de contribuição em ouro, houve rarefação dos povoados, e desanimaram novos influxos migratórios. A população remanescente foi aumentando pelo impulso normal de multiplicação, com debilidade e lentidão.

No decorrer do século XVIII, várias expedições dirigiram-se ao Norte à procura de ouro. Amaro Leite chegou ao rio das Mortes onde descobriu vestígios de metal. Não tendo levado ferramentas, não pôde explorar suas pesquisas. Mais tarde, no local de seus achados, foi fundado um arraial com seu nome. Outros centros auríferos vão surgindo, na segunda metade do mesmo século, na região centro-norte.

(4). — SOUZA (Pe. Luiz Antônio da Silva e), *O descobrimento da Capitania de Goiás*. Goiânia. Publicação da Universidade Federal de Goiás. 1967, págs. 49-50.

(5). — BRITO (Lemes), *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*. São Paulo. Editôra Nacional. 1939, pág. 217.

As investidas indígenas, muitas vêzes devastavam os núcleos em formação, conforme nos revela a Carta para o Dr. Intendente de S. Magestade, Mendes de Carvalho:

“... Os repetidos insultos continuam a ocorrer e os estragos feitos pelo gentio cayapó nos subúrbios dessa Villa desde o tempo que se descobriram essas minas até ao presente, tem sido tão excessiva e lamentáveis, principalmente as cometidas no ano de 1740...”.

E com a finalidade de dar cabo à situação embaraçosa, planejou mandar vir de Cuiabá, Ângelo Prêto — pessoa experimentada em semelhante conquista e por ser gentio bororo doméstico. Expressa-se, ainda:

“Os bárbaros, nesta semana, em distância desta Villa, pouco mais de légua, queimaram o mataram vários negros e gados... (6).

Apesar da agressividade da paisagem: florestas, correntezas, rios encachoeirados, montes, serras a transporem, feras e insetos, ataques de selvagens e disputas dos aventureiros entre si, a formação econômica da região foi se firmando graças ao ouro, ao diamante e ao trabalho escravo. A estrutura administrativa, através da Capitania de São Paulo, implantou-se a fim de conter e regularizar a massa heterogênea que ora se aglomerava enxameando, extraindo, disputando riquezas de algum ponto, ora corria a novas paragens levadas pela mesma esperança. Nesta corrida de ambição, os povoados longínquos do primeiro centro de trabalho foram-se pontilhando de moradores.

Os mais prósperos remanescentes subsistiram ao esvaziamento do ouro, pelo esforço próprio, o das autoridades e a labuta dos escravos. Os engenhos de açúcar, a produção das lavouras de subsistência, o pequeno comércio e a vias de ligação de uma formação à outra, teimosamente resistiram à adversidade (7).

A preocupação da Côroa, no que tange à arrecadação de proventos, expressa-se na ordem de Capitação, onde se lê:

(6). — SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS. Livro 1129. Fls. 13 e ss. Carta escrita por Dom Luiz de Marcarenhas, Capitão General de Goiás, ao Sr. Dr. Intendente e Provedor da Fazenda Real, Mendes de Carvalho, em 8-12-1745. Vila Boa.

(7). — POHL (João Emanuel), *Viagem ao Interior do Brasil*. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro. 1951. II Parte, pág. 192 e segs; SAINT-HILAIRE (Auguste), *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz*. São Paulo. Editôra Nacional. 1937. Tomo II, pág. 36 e segs.

“... que os tais quintos se cobrem à razão de 4 oitavas e 3/4 por escravos; 24 oitavas para as logeas grandes e 16 às inferiores. Aos negros e forros, também 4 oitavas e 3/4; aos negros cativos que estivessem à venda, 16 oitavas... (8).

As atividades paralelas à mineração nunca puderam desligar-se do interesse central. Os gêneros de primeira necessidade eram fortemente taxados. O fisco impunha sua vigilância constante, conforme se observa na carta de Gomes Freire de Andrade, Governador Geral da Repartição das Minas Gerais:

“Como para melhor segurança a arrecadação das entradas de todos os gêneros que se introduzirem nessas minas, precisa ser por contrato... e a criação, em cada arraial de um provedor do tesouro que se pusesse em praça as referidas entradas... que produzissem no primeiro triênio a segurança de 6 arrobas e 20 libras de ouro em pó e de receber livre para S. Magestade. Logo após, daria comércio franco pela capitação e matrícula dessas minas para que se provão de todo necessário dos viveres da terra... (9).

*

A LAVOURA.

A vida agrícola da economia goiana inicia-se com a cultura de subsistência e, 5 anos depois da conquista, com uma proibição: Bartolomeu Bueno da Silva, em 13 de junho de 1732, publica, um Bando, em cumprimento de ordens do Capitão General Antônio da Silva Caldeira Pimentel, impedindo

“haver cannas de assucar, engenhocas e as suas destilarias de águas ardentes em minas, com especialidade nestas dos Goiaz”.

O próprio documento indica uma proibição anterior, não observada pelos moradores, porque, no mesmo Bando existe a expressão

“por principiarem de novo”... (10).

Mais tarde, em abril de 1741, em resposta a uma denúncia do Intendente de Tocantins, João de Mendonça, Dom Luiz de Mascarenhas, Capitão General da Capitania de São Paulo, re-

(8). — SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS. Livro 1129. Fls. 1 e segs. Decreto de S. Magestade, de 23-3-1741.

(9). — SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS. *Idem*. Livro 1125. Fls. 1 e segs.

(10). — SILVA (C^o. J. Trindade da Fonseca e), *Lugares e Pessoas*. São Paulo. Escolas Profissionais Salesianas. 1948, pág. 233.

fere-se à manifestação dos Senhores dos Engenhos da região, que se sentiam prejudicados com a proibição. Chegamos a duas conclusões prováveis: ou os moradores resistiram ao bando anterior de Bueno, ou ignoraram-no. No mesmo documento cita a destruição de cinco engenhocas de fazer aguardente... Para exprimir o Intendente de responsabilidades, o mesmo Dom Luiz de Mascarenhas envia-lhe portaria ordenando a destruição ... (11).

As medidas de proibição, vieram exarcebar ânimos, já pouco satisfeitos, dos escravos radicados em Meia Ponte, que se viram despojados de sua única defesa contra os rigores do trabalho das minas e sua melhor distração, a aguardente (12).

A população que habitava fazendas e sítios, nas proximidades dos povoados auríferos, mantinha, penosamente, uma economia diversificada. Ao lado do desprezo tradicional pelo trabalho na agricultura, o homem branco, com seus escravos, foi desapossando-se de capacidade de resistência e entusiasmo. Parte dos moradores caiu em desânimo e abandonou suas propriedades. Os remanescentes, pressionados pelo fisco, insulados pelas distâncias e ausências de estradas, permaneceram ora na indigência ora em carência conformada.

Os cientistas viajantes que passaram pela região, referem-se aos sítios abandonados, habitados por negros ou mulatos, sem meios de produção, sustentando-se com pequena faina de faiscação ou a rocinha em volta da choupana (13).

À partir da sétima década do século XVIII, com o declínio evidente da produção aurífera; os ideais da Ilustração Européia insinuando-se nos paços da direção monárquica e a vinda do Capitão General Dom José de Almeida Vasconcelos de Sobral e Carvalho, começam os primeiros passos para o incremento da agricultura.

O sistema de cultura do solo, em Goiás, obedeceu à tradição confirmada em todo o Brasil. Os índios e os negros confundiram suas experiências, que foram adaptadas pelo homem branco dirigente. Conforme Saint-Hilaire, as florestas eram queimadas nas proximidades das regiões auríferas, e semeavam-se sôbre as cin-

(11). — SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS. Livro 1129. Fls. 31.

(12). — VIEIRA (Hermes), *Bandeira e Escravagismo no Brasil*. Conselho Estadual de Cultura. São Paulo. 1967, pág. 68.

(13). — SAINT-HILAIRE, *Viagem...*, *Op. Cit.*.. Vol. II, pág. 19 e segs.

zas. A produção se fazia pelo plantio do milho, mandioca, açúcar, algodão, café, tabaco, feijão e legumes.

De acordo com dados estatísticos de 1824, na região sul da Província havia 630 roças, 32 engenhos e 78 fazendas de gado, distribuídas pelos arredores das diversas vilas, abrangendo uma faixa correspondente a 100.000 quilômetros quadrados, aproximadamente. Ao norte da capital, a partir de Traíras, registraram-se a existência de 1.004 roças, 48 engenhos e 113 fazendas de gado, circunscrição da comarca de São João das duas Barras, compreendendo, aproximadamente, uma área de 300.000 quilômetros quadrados (14).

Os implementos agrícolas eram os mais rudimentares. Ao que consta, existiam, no período da Independência, apenas dois arados em toda a Província, ambos pertencentes dos proprietários de Meia Ponte.

Algumas fazendas distinguiram-se pela extensão e produção: o Engenho Conceição, com plantação de cana, milho, mandioca; o Engenho do Juiz dos Órfãos, Capitão Pires, de área muito fértil; o de Antônio Gonçalves de Almeida, onde a

“fertilidade do solo produzia cana de açúcar de 2 polegadas de espessura e atingia o comprimento de 18 pés; bananeiras de 18 polegadas de diâmetro e 4 braças de altura; árvores, cujas folhas poderiam dar bom anil” (15).

Em Meia Ponte, mesmo na época da mineração, já os proprietários ocupavam-se da agricultura. As terras férteis propiciavam o cultivo do algodão, tabaco, e milho. Na Fazenda do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, a mais próspera do começo do século XIX, plantavam-se a cana de açúcar e o algodão, cujos produtos eram exportados para o Rio de Janeiro, Bahia e Mato Grosso. Para consumo, cultivavam a mandioca, o milho, o arroz e o feijão. Em proporção maior do que em outros engenhos de igual categoria na região, mantinha em sua fazenda entre 100 e 150 escravos, que se ocupavam da lavoura, criação, fabrico de farinha, açúcar e trabalho de tecelagem (16).

Nas últimas décadas do século XIX, a fazenda do Tenente Coronel Luiz da Cunha Bastos salienta-se pela boa administração e capacidade de produção, situada nas proximidades da Capital da Província. As duas propriedades finalmente citadas mostram

(14). — MATTOS (Raymundo José da Cunha), *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil. 2º Trimestre. 1824, pág. 121.

(15). — POHL (João Emanuel), *Viagem ao Interior...*, *Op. Cit.* II Parte, pág. 57.

(16). — SAINT-HILAIRE, *Viagem...*, *Op. Cit.*, pág. 185, II Vol.

que a região poderia ter alcançado grande índice de prosperidade se, aliada à mineração, a maior parte de seus habitantes possuísse a cultura, o tino de administração e trabalho demonstrados pelos dois grandes expoentes da produção local. Fertilidade não lhe faltou.

*

A PECUARIA

Ao lado da lavoura, o gado pontilhou tóda a região centro-oeste, firmando-se, a partir do século XIX em tóda a extensão da Província. Nas regiões do Norte e Sudoeste, os latifúndios proporcionaram maiores lucros. O relatório do Desembargador José Bonifácio Gomes da Siqueira, Vice-Presidente da Província, ao passar a administração ao Dr. Augusto Ferreira França, em 27 de abril de 1865, fez referência à exportação para o Pará, de gêneros do Norte: couro crú, couro curtido, em troca de gêneros de Pôrtos de Mar, como o sal, ferragens e molhados (17). No mesmo relatório refere-se ao extravio de gado das províncias do Norte, pela deficiência de fiscalização, “um dos melhores ramos da receita”, o gado (18).

Povoados o Norte e Nordeste de Goiás por levas de nortistas que lá penetraram, desde o século XVIII, através dos rios navegáveis ou aproximando-se pelas regiões fronteiriças, a economia criatória constituiu uma continuidade da região de origem dos imigrantes. Os grandes espaços proporcionavam processo extensivo de criação. Inicialmente, constituiu economia subsidiária à mineração, assim como no Nordeste do Brasil, desenvolveu-se ao lado do açúcar e do fumo (19). Com a decadência do ouro, ao lado da colheita do babaçú, o gado pôde sustentar os povoados e os fazendeiros (20). Para uma população rarefeita como era a do Norte goiano, com a paisagem agreste salpicada de fazendas de criação, às vêzes com pequenas comunidades, onde se reuniam meia dúzia de ranchos, em volta da capelinha do santo de devoção. Os dois grandes rios, Araguaia e Tocantins, representavam bom ponto de contato da economia pecuarista do sertão com o litoral. As próprias fronteiras da região com o Nordeste brasileiro se confundiam pelo descampado a fora, onde a criação, o contrabando e

(17). — *CORREIO OFFICIAL*. Goyaz. Nº 171. 26-1-1867, pág. 2.

(18). — *CORREIO OFFICIAL*. Goiaz. Nº 172. 7-2-1867, pág. 3.

(19). — ANDREONI (João Antônio), *Cultura...*, *Op. Cit.*, pág. 106.

(20). — PASTERNOSTRO (Júlio), *Viagem ao Rio Tocantins*. São Paulo. Editora Nacional, pág. 182.

as transferências de moradores tinham franca passagem, sem que a vigilância oficial lograsse interferir de todo (21).

O decréscimo de interesses econômicos das Minas Gerais e da zona agrícola paulista tangeu pequenos grupos humanos para o interior mais longínquo. Uma vasta região que abrangia cêrca de cem mil quilômetros quadrados, após as três primeiras décadas do século XIX, foi aos poucos recebendo novos moradores. As sesmarias requeridas pelos primeiros aventureiros da zona aurífera, tendo ficado inexploradas ou apenas salpicadas de criaturas perdidas no sertão, em volta de rocinhas de consumo, transformaram-se em terras devolutas, prontas a receberem novos moradores nas léguas desabitadas.

Objeto de surto migratório das minas de Paracatú, das fazendas de Uberaba, Prata, Aaraxá, da região pastoril do São Francisco e agrícola de São Paulo, o sudeste vai se firmando através dos povoados de Anápolis (Anto), Orizona, Ipamerí, Catalão, Morrinhos, Corumbaíba, etc. Em condições semelhantes, surgiram lentamente as primeiras comunidades agrícolas do sudoeste, como Quirinópolis, Rio Verde e Jataí. Até os dias atuais, espaços enormes permeiam estas regiões, multiplicando-se a quilometragem de uma concentração urbana à outra.

Os documentos mais remotos de Quirinópolis esclarecem que em 1832, João Crisóstomo de Oliveira partiu com sua família e grande número de escravos de Ouro Preto e fixou residência na região, fundando sua primeira propriedade. Dirigindo-se para a mesma paragem, o Pe. Antônio Dias com uma caravana de moradores entrou em desentendimento com os primeiros ocupantes do local, logrando ser expulso. Registram os documentos, na ocasião, o assassinato do paulista Custódio Lemes. Mais tarde, em 1843, vindo de Franca, José Vicente de Lima, prático em medicina, ex-tenente da Guarda Nacional, comprou 900 alqueires do primeiro morador, João Crisóstomo de Oliveira, fundando o primeiro templo católico. A região passou a denominar-se Abadia do Paranaíba, e durante muitos anos o povoado denominou-se Capel'inha. Produziu diamantes nos primeiros tempos. A economia foi se desenvolvendo através de escassa produção de milho, arroz, feijão e café, com pequenos resultados nas primeiras épocas, firmando-se, lentamente, com a criação de gado.

Outros moradores, oriundos do povoado de Casa Branca, São Paulo, como a família Rodrigues de Mendonça, com seus escravos, fixaram-se a 36 quilômetros de Rio Verde e formaram suas

(21). — MATTOS (Cunha), *Chorographia...*, *Op. Cit.*, pág. 121.

fazendas em 1836. Posteriormente, os irmãos José e João Prata auxiliaram a construir a primeira capelinha, que tornou-se ponto de concentração dos moradores das zonas rurais, para negócios e festas religiosas. A produção de arroz, café, milho, fumo, mandioca, batata, algodão, a pecuária e alguns rios diamantíferos fixaram os povoadores.

Durante a segunda metade do século XIX foi a região mais povoada do sudoeste, sendo pouso obrigatório das caravanas comerciais, mascates, que dirigiam-se de Uberaba, atravessando o sertão para levar suas mercadorias até Mato Grosso (22).

O comércio de gado era o principal produto da região, pela simplicidade de transporte e a demanda de poucos braços de trabalho. Fazia-se com o Triângulo e daí até Sorocaba, onde a grande feira de gado também concentrava os comerciantes do centro-oeste.

Atravessando os longos e despovoados cerrados, passando a vau as correntezas e ladeando, penosamente, os montes, o gado chegava à zona comerciável sem o atrativo promissor de boa venda: magro, macilento, cansado. Sem condições de aguardar bom preço, sem possibilidade de impor sua mercadoria, voltava o fazendeiro à sua sede, com lucro exíguo, novamente ao trabalho da terra distante, que por esta razão, não lhe prometia vantagens e grandes lucros.

*

CONCLUSÃO.

Em meados do século XIX, a vida pastoril firmara-se, embora lenta e penosamente, via Tocantins-Araguaia, fronteira da Bahia, Maranhão e Piauí, 32.949 cabeças de gado eram exportadas para o litoral, em acréscimo às 15.500 exportadas no começo do século. O Sul, com comércio menos intenso, conduzia suas rezes para Uberaba, Paracatú, Araxá, Dolores do Indayá e Desemboque, em média de 4.000 anuais (23).

Data do período o relatório do Presidente Pereira Alencastre (1862), acusando certa abundância, talvez a maior, após a prosperidade fugaz do ouro, de acordo com os seguintes dados:

(22). — ARTIAGA (Zoroastro), *Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás*. Tipografia Triângulo. 1951. 2º Tomo, págs. 153, 422. I Tomo, pág. 215.

(23). — GOULART (José Alípio), *Brasil do Boi e do Couro*. Rio de Janeiro, G.R.D. 1965. I Vol, pág. 104.

PRODUÇÃO EM ESPÉCIE	ALQUEIRES E ARROBAS
Milho	4.007.194 alqueires
Feijão	105.246 alqueires
Arroz	208.560 alqueires
Trigo	771 alqueires
Fumo	7.575 arrobas
Algodão	17.399 arrobas
Café	17.226 arrobas (24).

A produção agrícola exportável concentrava-se, principalmente, na antiga zona aurífera, mais povoada, onde o excedente de escravos foi aproveitado na lavoura: Região de Santa Cruz, Bonfim, Corumbá, Cavalcante, Santa Luzia, Meia Ponte, Goiás.

Comitivas carregadas de mercadorias dirigiam-se a Mato Grosso, pelo caminho de oeste da Capital; a Minas Gerais e Rio de Janeiro, via leste; a São Paulo, via sudoeste; por terra e via navegável, das povoações do Norte ao litoral (25).

Tanto a produção como seu escoamento estavam em dependência direta do c'ima. As viagens eram feitas em períodos de seca, que propiciavam jornadas mais seguras. Não ficavam previstos, entretanto, os reparos de pontes e o esbarrocamento das estradas, ocorridos na "época das águas". As tentativas eram sempre incertas e ao sabor dos acontecimentos fortúitos.

A *Tribuna Livre*, no fim do século XIX, registra as reclamações dos povoados do Norte, pela desatenção do govêrno, que só se lembrava do "filho adotivo" em tempo de eleições. Os pedidos de reparos de pontes são registrados em várias sessões da câmara de 1832 em *A Matutina Meiapontense*, e 1881 em *A Tribuna Livre* (26).

De modo geral, as finanças da Capitania e Província, após o surto aurífero de meados do século XVIII, sempre registraram resultados desfavoráveis.

Pelo ano de 1820, a produção em ouro não atingia a uma arroba anual (27). Minerar passou a ser cogitação de marginalizados que fisciavam para subsistência precária.

(24). — BRASIL (Americano do), *Súmula de História de Goiás*. Departamento Estadual de Cultura. 2º ed. 1961, pág. 115.

(25). — SAINT-HILAIRE, *Viagem...*, *Op. Cit.* I Tomo, pág. 332.

(26). — *A TRIBUNA LIVRE*, Goyaz. Nº 20. 21-5-1881, pág. 1.

(27). — PALACIN (Luíz), *Goiás, 1722-1822. A Estrutura e a Conjuntura numa Capitania de Minas*. Inédito, pág. 76.

Em 1832, em Ata do Conselho da Província de Goiaz, registram-se referências à decadência econômica da Província (28).

Após o período de certo movimento comercial, agrícola e pecuaristas que atinge uns poucos anos dos meados do século, absorvidos a seguir pela luta no Paraguai, vemos em o *Correio Official* a referência às desanimadoras condições financeiras locais (29), necessitando, nesta mesma época, o governo provincial solicitar empréstimos ao comerciante Ignácio Faria Albernaz para o pagamento dos funcionários públicos (30).

As razões apresentadas para a insolvência econômica são citadas no mesmo *Correio Official*, em Relatório à Assembléia Legislativa Provincial de Goiás: a agricultura, base econômica local, só produzia para o consumo. Os motivos apresentados por Saint-Hilaire no final da segunda década do século XIX servem de base para visões posteriores: incapacidade de exportação (31). A extinção paulatina dos escravos, ausentes do trabalho com a minguada do ouro, sem possibilidade de reposições das perdas provocadas pelas moléstias, mortes e fugas, confirmam a insolvência. A situação interioranda, não animando grandes surtos migratórios, impedia comércio freqüente e não incentivava os brancos insulados nos espaços desertos, onde apenas o arrôjo e a necessidade prementes sustentavam o risco da aventura irregular pelos sertões.

*
* *
*

O TRABALHO ESCRAVO EM GOIÁS, NA COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL DOS SÉCULOS XVIII E XIX.

O INDÍGENA.

No esboço histórico da economia goiana, em seus primeiros duzentos anos de ocupação do homem branco, o minério, a agricultura e a pecuária são fatores essenciais, dinamizados pelo trabalho escravo. A força de sua importância subjaz inicialmente, como suporte adjacente das cargas de penetração sertanista. Motivo das primeiras entradas para o interior, o índio escravizado foi tido para as lavouras de Pernambuco, Maranhão, Bahia e São Vicente.

(28). — *A MATUTINA MEIAPONTENSE*. Meia Ponte. Nº 372 — 29-9-1832.

(29). — *CORREIO OFFICIAL*. Goyaz. Nº 65. — 11-1878, pág. 1.

(30). — *CORREIO OFFICIAL*. Goyaz. Nº 67 — 16-11-1878, pág. 1.

(31). — *CORREIO OFFICIAL*. Goyaz. Nº 78 — 13-10-1877, pág. 1.

Em 1585, em Ata da Câmara de São Paulo, insere-se o requerimento dirigido ao Capitão Jerônimo Leitão, onde expõe as

“dificuldades havidas nas roças de sustento e nos canaviais, pela míngua de escravaria” (32).

Em terras dos goiases, alguns anos depois, a bandeira de Sebastião Marinho, em 1592, no período Filipino, penetra pelo interior (33). Não há certeza se foi à procura de mão-de-obra. Como a época demandava, com imposição, a exploração da fôrça escravizada do gentio, é possível que o destino do bandeirante tenha sido o seu apresamento.

No período da procura do ouro, o depoimento do Alferes Braga esclarece que o Capitão General Rodrigo César, tendo franqueado a bandeira do Capitão Bartolomeu Bueno, nela inseriram-se 20 índios, doados pelo chefe da Capitania

“para a condução das cargas e necessários”.

Registram-se, também, a presença de outros índios e negros, possessões de um baiano, cinco ou seis paulistas e de outros portugueses (34). No mesmo documento, vemos a seguinte referência:

“Da Meia Ponte, distância de dois dias de viagem, se deixou ficar Fr. Antônio com ânimo de lançar roça com dez negros...”.

Nestas primeiras entradas, o branco comandava e tomava posse, o escravo desbastava a mata nos locais de acampamento e plantava o milho e a batata

“que se pudesse recolher a Povoado” (35).

No documento deixado por Urbano do Couto, que participou da bandeira de Bueno em 1722, vê-se a seguinte referência: Manoel Pereira Calhamaro, quando andava ao gentio, fazia escala nos Araés, por ter roça (plantada pelo gentio, certamente) e levava o índio para São Paulo (36).

(32). — FERREIRA (Manoel Rodrigues), *O Mistério do Ouro dos Martiros*. São Paulo. Gráfica Biblos. 1960, pág. 178.

(33). — BRASIL (Americano do), *Súmula...*, *Op. Cit.*, pág. 25. Cita o mapa da Bandeira de Taunay, do século XVIII, de onde extraiu a informação.

(34). — FERREIRA (Manoel Rodrigues), *O Mistério...*, *Op. Cit.*, pág. 61.

(35). — *Ibidem*, Rodrigues, pág. 63.

(36). — *Ibidem*, Rodrigues, pág. 95.

Objetivo dos primeiros bandeirantes e ao mesmo tempo seu acompanhante, o indígena participou, escravizado, dos primeiros contactos do branco com o Centro-Oeste. A miscigenação, que foi objeto de cem anos coloniais, continuou a se efetivar, conforme observado no testamento do sertanista Braz Gonçalves, que se declarava pai de dois meninos da índia Tomimimó, retirada das margens do São Francisco em 1603 (37).

Não se encontram, com freqüência, relações exatas do labor escravizado do indígena, nos primeiros assentamentos dos povoados goianos. Vê-se, nos documentos do século XVIII, o seu trabalho realizado nos aldeamentos. A proteção dos missionários de um lado e os ataques das tribos ferozes de outro, aos poucos desanimaram, os aventureiros da tentativa de subjugar o gentio. No começo do século XIX, os xerentes, chavantes e carajás, coligados, marcharam contra o Presídio de Santa Maria do Araguaia e dizimaram-no. Não há remanescentes das tribos goiases. Desapareceram, escravizadas possivelmente, ao contacto dos primeiros mineradores.

Registram-se, entretanto, o trabalho do indígena aldeado, onde nas primeiras lavouras, na instalação das engenhocas de açúcar, nos objetos domésticos e nos tecidos de algodão grosseiro dos primeiros assentamentos. Com exceção do missionário religioso, que lhe deu orientação, o colono somente aproveitou dos rudimentares conhecimentos agrícolas do índio, tendo introduzido, para auxiliá-lo, apenas alguns implementos agrícolas portugueses.

Na relação dos batismos da Matriz de Meia Ponte, de 1732 a 1747 encontram-se alguns rebentos gentios, onde se registram a expressão “filho de administrados”. Não são numerosos. Em 15 anos, a média de 10 ou 12, entre 1.348 batizados (38).

Podemos concluir que, no decorrer das duas primeiras décadas de colonização, a proteção religiosa alcançou defender, em parte, o gentio da exploração branca. Já em 1609, a lei de 30 de julho declarava os índios livres. Quem a transgredisse, sofreria pena. A mesma lei foi parcialmente revogada em 1611 (39). O índio escravizado o foi, subrepticiamente, na maioria das vezes, sob a rotulação de algum eufemismo.

Goiás recebeu os reflexos longínquos da Ilustração Européia, já na sétima década do século XVIII, com a chegada de Dom Jo-

(37). — *Ibidem*, pág. 204.

(38). — LIVRO DE REGISTRO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, Meia Ponte Nº 1. de 1732 a 1747.

(39). — BRITO (Lemes), *Pontos de Partida...*, *Op. Cit.*, pág. 284.

sé de Almeida Vasconcelos. É possível que o “bom selvagem de Rousseau” tenha influido nas intenções daquele Capitão General, culto e sensato, para a questão insolúvel que o cercava e de vez em quando ameaçava ou dizimava os povoados. Em sua gestão, foi fundada a aldeia de São José de Mossâmedes, próxima à Vila Boa. O trabalho do índio aldeado fazia-se em regime comunitário, sob a administração de um coronel. Os caiapós lavravam a terra, sob a inspeção dos pedestres. As colheitas eram depositadas nos armazens da aldeia. Após a distribuição pelas famílias aldeadas, o excedente era vendido na cidade ou aos próprios pedestres. Com o produto da venda, eram comprados sal, fumo, tecidos de algodão e instrumentos de lavoura. O governo da aldeia mantinha um moinho de moer milho, máquina de descarregar algodão e 24 fusos. Havia, na aldeia, um carpinteiro, um serralheiro e uma fiandeira e tecedeira. Os dois primeiros faziam reparos na própria aldeia, e a fiandeira ensinava às índias a arte de tecelagem (40).

Em tese, não havia muita diferença entre o que fôra feito pelos missionários cristãos. Na prática, as agressões, espancamentos e lesões foram afastando o gentio que optou pela volta à selva. Aos poucos, a aldeia dos caiapós esvaziou-se. Damiana da Cunha, descendente gentia, gastou sua vida tentando assegurar a coesão de sua comunidade. Após sua morte, ninguém mais pôde mantê-la. Cunha Mattos opina que poderiam estar mais civilizados, se os responsáveis pela catequese não os considerassem como escravos ou bestas de carga (41).

Os ideais liberais que influíram na revolução de Independência do Brasil e mais tarde, no movimento de revolta esboçado na Província em 1831, levaram os cidadãos goianos a se preocuparem com os descaminhos alcançados no seu relacionamento com o gentio. O Conselho Administrativo Provincial, em reunião de dezanove de janeiro de 1832, deliberou que o diretor da aldeia reunisse 6 índios caiapós mais civilizados, para recambiarem a São José de Mossâmedes os selvagens fugitivos (42).

O primeiro jornal, publicado na Província, orientava-se pelos ecos da Ilustração, filtrados dos periódicos que quinzenalmente chegavam em Meia Ponte. Sua diretiva era a liberdade organizada, sob a direção dos brancos, com certa pressão paternalista sobre

(40). — MONTEIRO (Ofélia Sócrates do Nascimento), *História de São José de Mossâmedes*, págs. 3 e 4.

(41). — MATTOS (Raymundo José da Cunha), *Chorographia...*, *Op. Cit.*, pág. 305.

(42). — *A MATUTINA MEIAPONTENSE*. Meia Ponte. Nº 307 — 15-03-1832, pág. 1.

os prêtos e os índios. Insere-se, em suas páginas, um “Artigo Comunicado” sobre a catequese. Em longa exposição retórica, o articulista estabelece tôdas as etapas de um trabalho eficaz sobre os aldeados (43). A publicação foi provocada pelas notícias de ataques de gentios à Comarca de São José das Duas Barras no Norte (44).

Algumas tentativas isoladas em benefício do indígena também eram realizadas: em Ata do Conselho do Governo da Província, registra-se um requerimento de um cidadão pedindo um casal de índios para seu serviço. Na mesma ocasião, um oficial de ferreiro pede um índiosinho para aplicá-lo em seu ofício (45). São ações particulares que, adicionadas periodicamente e com frequência, revelam a absorção do que restou dos aldeados na comunidade branca da região. Outro requerimento á assinado em Ata do mesmo Conselho, onde, novamente, um cidadão solicita um índio pequeno para lhe servir de companhia (46).

O paradoxo de ação governamental se evidencia, quando já no século XIX, após as tentativas, antes de certa forma bem sucedidas de amizade com as tribos, o Capitão General Delgado de Castilho outorga o privilégio de escravidão, dos índios que aprisionassem, aos súditos de sua Majestade, Dom João VI, que pretendessem estabelecer-se às margens do Rio Araguaia.

A luta contra o branco sempre continuou até à completa exaustão das tribos, que vencidas, tinham parte de seus membros escravizados. Em 1760, Alencastre registra a luta entre os caiapós e o Capitão da Bandeira Victor Antônio, cujos prisioneiros foram vendidos em proveito dos empregados da Bandeira (47).

Compreendemos que as relações de trabalho entre o índio e a sociedade branca que veio habitar Goiás, desde os albores de sua conquista, foram irregulares e em numerosas vezes tumultuadas. O trabalho prestado pelo gentio não variou de condição: ora escravizado ora semi-servil, na qualidade de “administrado”. Não

(43). — *A MATUTINA MEIAPONTENSE*. Meia Ponte. Nº 357 — 08-08-1832.

(44). — *A MATUTINA MEIAPONTENSE*. Meia Ponte. Nº 340 — 09-06-1832.

(45). — *A MATUTINA MEIAPONTENSE*. Meia Ponte. Nº 351 — 18-07-1832.

(46). — *A MATUTINA MEIAPONTENSE*. Meia Ponte. Nº 390 — 01-12-1832.

(47). — ALENCASTRE (J. M. P. Dr.), *Anais da Província de Goiás*. Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil. 3º Trimestre. 1864. Cap. VII, pág. 119.

raras vezes, a sua rebelião reduzia a pó toda experiência contrutiva anteriormente tentada.

A reação se fazia, quase sempre, em revide à agressividade inicial do próprio homem branco.

*

O AFRICANO.

O negro integrou as primeiras expedições aos goiases. Sua atuação não se destaca, com freqüência, nos documentos históricos da vida goiana, como individualidade marcante. Sente-se entretanto, a sua presença, objeto de existência tácita, propriedade necessária — base do dinamismo ecológico sob o comando do branco.

Nos códices compulsados, destaca-se como parcela de capitulação, como valor para obtenção de sesmarias, como carga de comitivas e utensílios de lavoura. No período aurífero, ajudou a encontrar ricos veios para seu senhores, produziu contabilidade crescente de oitavas por bateiadas, em proporção ao seu valor quantitativo. Na lavoura era marcado por determinado número de braças na roça em que plantava ou co'hia. Ainda em sentido valorativo numérico, foi também procriador, para que a riqueza de seus dominadores pudesse aumentar em proporção geométrica. Ombreou-se nas relações contábeis com as cabeças de gado vacum e cavalos nas invernações de pastoreio. Nos inventários, sua presença se destaca em cifras que variam na medida de sua saúde e capacidade de trabalho. Nas feiras escravistas, seu preço cresce ou decresce sob condição de oferta e procura.

Como elemento básico do progresso colonial, os estudiosos da realidade sócio-econômica

“dos grandes espaços vazios”, apresentam-no como “única solução evidente de ocupação possível” (48).

A medida em que o progresso técnico e industrial superou os processos rotineiros de produção, sua importância decresce e a tônica de seu mérito é compulsada comparativamente, com as possibilidades do trabalho livre (49). Em condições de relacionamento comunitário, sua presença representa a

“alienação social das qualidades da pessoa humana” (50).

(48). — IANNI (Otávio), *A metamorfose do escravo*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1965, pág. 81.

(49). — CARDOSO (Fernando Henrique), *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1962, pág. 312.

(50). — COSTA (Emília Viotti), *Da senzala à colônia*. Difusão Européia do Livro. São Paulo 1966, pág. 188 (100 escravos davam 200 contos de despesa. Com a mesma importância era possível obter-se 1.666 trabalhadores livres).

No Brasil, e também em Goiás, é como se vinculou o negro em sua convivência com o branco civilizador.

Desde os primeiros assentamentos de trabalho, a proporção de pretos é apreciável, levando-se em conta as distâncias a vencerem a partir do litoral. Em 1736, seu número atinge a 6.000, de acordo com os resultados de impostos de capitação (51). Compulsando documentos semelhantes, em 1742, os principais focos de mineração e de trabalhadores — Vila Boa, Meia Ponte e Crixás — apresentam o número de 8.082 (52). A proporção nos parece razoável, tendo em vista o aumento gradativo, porém sem exagero entre a primeira data apontada e a segunda. Os acréscimos foram se fazendo no decorrer do primeiro século de ocupação.

*

A procedência do africano em Goiás.

Compulsando os registros de batismo da Paróquia de Meia Ponte, pudemos registrar a seguinte origem: Costa da Mina, com maior frequência, Angola, Guiné e Congo. Já em meados do século XIX, são raros os registros de

“escravos de Nação” (53).

Nos inventários, a relação de mancipios de origem africana vai surgir apenas entre os elementos de mais de 60 anos (54). É certo que, naquela época, com a decadência das minas, não mais havia condições de importação. Os remanescentes dos antigos comboios proliferaram, e o seu aumento obedeceu a uma seqüência normal, com alguma exceções, possivelmente advindas de outras províncias brasileiras.

Zoroastro Artiga nos revela as seguintes etnias em Goiás: kimanos, egbanos, cacimbas, sudaneses, nagôs, missucongos, moçambiques, cabindas, bennis, quibundas, crumanos, mandingas. É possível que uma pequena parcela de várias procedências tenha chegado nos comboios, a partir de 7 de setembro de 1752, data da vinda do primeiro (55). Só pudemos constatar a origem dos que se batizaram em Goiás, devido à falta de outra documentação.

(51). — JAIME (Jarbas), *Esbôço Histórico de Pirenópolis*. Inédito. I Vol., pág. 92.

(52). — PALACIN (Luís), *Goiás, 1722, 1822...*, Op. Cit., pág. 13.

(53). — LIVROS DE REGISTROS DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO — Meia Ponte. Nº 1, 2, 3, 4 e 5. Em média, 6.550 batizados entre brancos, mulatos e caboclos. Contém filhos legítimos e ilegítimos.

(54). — INVENTÁRIO. Pacote nº 14. Cartório dos órgãos de Pirenópolis.

(55). — ARTIAGA (Zoroastro), *Geografia...*, Op. Cit. I Tomo, págs. 76 e 77.

*

O trabalho nas Minas.

O africano trouxe consigo a lavagem do ouro por meio de bateias. É possível que o primeiro trabalho de extração tenha sido feito com os próprios utensílios domésticos das expedições, como o prato de alimentação, e a bacia. Os mineiros já deviam trazer experiências das catas auríferas das Gerais. O escravo faisgador, às margens dos Rios Vermelho e das Almas, extraía, de sol a sol, o ouro misturado aos seixos e areia. Com a bateia de madeira, movimentava a mistura heterogênea de rochas, fazendo acumular os grãos de ouro no fundo, sendo as impurezas extras lavadas pela água que afluía, aos poucos, na superfície da vasilha. Trabalhava, inclinado e semi-nú, os pés n'água, o corpo exposto ao calor do sol (56). Laboraram, em média, até o final do ano de 1742, 4.461 escravos em Vila Boa, 1316 em Meia Ponte e 2.305 em Crixás (57).

Volviendo a imaginação àquêles dias de opulência aurífera, podemos vê-lo, não longe dos ribeiros, nos ranchos de pau a pique, pontilhando o descampado e o sopé dos morros. Enxameando a região, sob o olhar vigilante do feitor, o negro encurvado nas correntezas, batéia na mão, retirava do cascalho molhado o precioso metal, para colocá-lo numa bolsa presa à sua cintura.

A medida em que os dias corriam, as primeiras construções de alvenaria eram erigidas. Ao lado do rio do ouro, o escravo amassava o barro do adobe, transportava-o, fazia a argamassa, cortava a madeira, colocava-a a prumo, amarrava-a e dava contôrno à construção que se erigia. Quando a extração do metal exigia outras técnicas além da faisragem, como a construção de canal para a passagem da água que é reservada para a lavagem dos seixos, colocado em fila, o mancípio revolvía-os com almocrafes, encurvando sôbre a correnteza, realizando manobras especiais para que dos fragmentos se extraísse o ouro depositado nas cavidades das rochas. Com uma tábua, objeto auxiliar, removia os casca'hos maiores (58). Nas grupiaras, muitas vêzes o processo era penoso e demandava muito esforço pessoal e avultado capital. Em Santa Cruz, o Capitão General José de Almeida Vasconcelos fêz construir uma calha, de 9 léguas de comprimento, para levar água até a rocha aurífera no môrro do Clemente. Trezentos africanos foram empregados no labor (59). Os resultados não foram satisfatórios,

(56). — ESCHWEGE (W. L. Von), *Pluto Brasiliensis*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional. 1944, pág. 310 e segs.

(57). — PALACIN, *Goiás 1722-1822, Op. Cit.*, pág. 13.

(58). — ESCHWEGE, *Op. Cit.*, I Vol., pág. 312.

(59). — POHL (João Emanuel), *Op. Cit.*, pág. 313. Vol. I.

em virtude da morte do empresário. Com outras variantes, o serviço prosseguia nas encostas, em camadas de rochas e filões. Não raro, escavações eram feitas em profundidade, pelo interior de montes, onde o preto trabalhava à luz de tochas, perfurando, extraindo, carregando, lavando, acumulando seixos.

A vida do trabalhador era de curta duração. Entre 7 e 10 anos em média. Pouco se lhe ofereciam como alimentação e medicamento. A cachaça era o sucedâneo para a fome e as intempéries a que se expunha (60).

A tentativa de se livrar do jugo, levou o mancípio a se enquistar em quilombos, a surrupiar oitavas das catas em ribeiros ou outras medidas que surgissem oportunas para sua alforria, como a revolta e a fuga.

O ouro de Jaraguá foi descoberto, em 1737, por negros faisca-dores. É provável que o procurassem para a defesa de sua liberdade, na expectativa de pagamento de alforria. Com a formação do povoado, os mineiros brancos, proprietários dos mancípios, de acôrdo com a lei, reservaram, para si, a posse das riquezas (61).

O escravo executava todo o serviço de mineração. No Pilar, chegaram a concentrar-se 9.000, conforme expressa Cunha Mattos (62). Vêmo-lo nos taboleiros, onde as escavações se processavam em linha sinuosa a fim de facilitar a manobra de escavação. Havia um ritmo equilibrado na faina organizada. Uns escavavam o solo, outros carregavam os “carumbés” com as rochas auríferas, outros recebiam o vasilhame carregado na cabeça para o transporte ao local apropriado para a lavagem. Desfilavam, acelerados, uns após outros, arremessando sua carga em montes e continuando, apressados, para novo depósito. Eschwege comparou-os a um bando ordenado de formigas, equilibradas e laboriosas.

Os maiores depósitos de metal do Pilar estavam contidos no morro próximo ao povoado, riquíssimo, porém sem água. Quando esgotou-se o ouro de superfície, os escravos construíram bicames de madeira para a condução do líquido até o depósito para a lavagem da rocha. As intrigas e injustiças frequentes em regiões de disputas, reduziram o trabalho inicial a cinzas. Atribuem-no a vingança dos negros revoltados ou a disputas entre os brancos. A riqueza jaz esquecida na região. Silva e Souza calcula ter sido

(60). — SAINT-HILAIRE, *Viagem às Nascentes...*, *Op. Cit.* Tomo I, pág. 62.

(61). — MATTOS (Cunha), *Chorographia...*, *Op. Cit.*, Vol. I, pág. 303.

(62). — ESCHWEGE, *Pluto...*, *Op. Cit.*, pág. 314. Vol. I.

retirado do lugar, no decorrer do período aurífero do século XVIII, mais de 100 arrobas de ouro (63).

A mão do mancípio estava presente a tôdas as etapas da produção. Nas casas de fundição, onde o ouro era pesado e quintado por fôrça de lei e do fisco, ao lado dos funcionários encarregados dos serviços mais nobres, como o de direção, fiscalização, tesouraria e conferência, era mister do escravo acionar as três pequenas forjas comuns com foles duplos para a incandescência dos fornos. Assim poderíamos vê-los em Goiás e São Félix, onde ficaram sediados os dois prédios destinados ao quintamento do metal.

*

O escravo na lavoura e no engenho.

Apesar do pouco incentivo que a Corôa portugêsa deu à formação agrícola no período aurífero, pela fôrça da necessidade, a atividade desenvolveu-se ao lado das minas. Os carregamentos de víveres procedentes de São Paulo para as minas do sul de Goiás; da Bahia, Maranhão e Pará, para os fulcros do Norte goiano, eram vendidos por preços altíssimos.

“Por mais ouro que houvesse, era pouco para os comprar” (64).

Alguns mineiros, mais atilados começaram a empregar parte de seus escravos no plantio de roças e puderam se equilibrar, asentando, definitivamente, sua fazenda de cultura e criação.

O Bando de Bartolomeu Bueno proibindo os engenhos de açúcar, não foi totalmente obedecido. Alguns proprietários resistiram teimosamente, embora não se pensasse em produção exportável, nem de uma propriedade à outra. Puderam, entretanto, assegurar suas distantes posses do abandôno total, quando as minas não mais produziram.

Quando o mineiro voltou sua atenção para a lavoura, já o número de mancípios havia minguido pelos excessos de trabalho e padecimento nas minas. Os que restaram distribuíam-se pelas fazendas, em média de 10 a 12 para as propriedades mais prósperas. As fugas, a alforria e o abandôno por parte dos mineiros arruinados, co'ocaram grande parte em pequenos amontoados de ranchos e em sítios dispersos em volta de mínima faiscação e debilitada rocinha. Sendo a produção para consumo, havia pouca in-

(63). — SOUZA (Pe. Luiz Antônio e), *O descob. . . , Op. Cit.*, pág. 55.

(64). — MATTOZ (Raymundo José da Cunha), *Chorographia. . . , Op. Cit.*, II Tomo, pág. 84.

tensidade de labor. Surgiu, então, a modorra cansada dos longos dias de carência.

Pequeno plantio, pouca colheita e os períodos dilatados de caça e pesca e mínima fartura nos domínios do senhor. O lavrador fazia a queimada periódica, amontoava, pachorrentamente, a coivara e aguardava as primeiras chuvas. O gado apascentado sem esforço e a sementeira espalhada ao modo tradicional do índio com algumas inovações africanas, eram as atividades do começo do século XIX, nos nódulos de população e propriedades da imensidão de terra goiana. Como a ambição do branco já não mais era febrilmente entoadada pela ilusão dos milagres repentinos de cornucópia explosiva, não mais havia pressa, exigência ou impaciência exageradas. O próprio senhor, em sua desdita, achegou-se mais ao prêto, numa humildade que a necessidade lhe ditou.

O produtor grícola viu-se anulado em seus esforços pela constância do fisco inadequado, que lhe exigia pagamento em dinheiro, quando o comércio paralizado não possibilitava trocas compensadoras. Produzir mais do que o necessário, era pura perda. Teriam que empregar mais braços e pagar mais impostos. As possibilidades de troca eram remotíssimas. Os povoados mais próximos exploravam os mesmos produtos. E não havia como levá-los a outros centros, porque a distância, os maus caminhos impediam o trânsito. Na época das águas, a inundação dos rios e riachos impossibilitava passagem a vau. As pontes eram raras e seus reparos mais espaçados ainda. Em época de seca poder-se-iam atingir as zonas comerciáveis. A distância desencorajava, com frequência continuada, qualquer tentativa arrojada.

Quando o impedimento de fabrico da açúcar foi levantado, os pequenos engenhos estavam parcialmente abandonados. Mesmo algumas grandes propriedades foram atingidas pela decadência. Na descrição que Saint-Hilaire faz da região que medeia o Registro dos Arrependidos na fronteira dos geralistas até Vila Boa, num espaço que atinge 165 quilômetros, são encontrados apenas três fazendas, com a média de 20 a 30 escravos. A única exceção era a fazenda São Joaquim, com a proporção de 120 servos, onde o trabalho alcançava tôdas as etapas da vida rural: a lavoura, a criação, o serviço doméstico, os teares, a costura, as viagens de transporte de carga.

Na época lavourista pròpriamente dita, a vida do mancípio já não se apresentava com a sobrecarga de sofrimentos e trabalhos, semelhantes aos que existiram no período aurífero. Embora miserável e carregado de muitas privações, desfrutava de mais liberdade e de longas etapas de afazeres leves.

A tradição oral registra que sua alimentação era servida em cochos, em conjunto, ao lado da que era dada aos animais. É possível que, nalgum sítio isolado, tenha acontecido, talvez na época do ouro. Compulsando jornais e documentos do período de 1832 a 1888, nada encontramos a respeito. Os maus tratos existiram, fora de dúvida. Muitos quilombos foram registrados. Tudo indica, entretanto, que a maior parte se deu entre os anos de 1742 e o fim do mesmo século.

Os anos oitocentos foram períodos de migração e assentamento definitivo ao solo. As distâncias entre as propriedades rurais e a população rarefeita das comunidades, não davam oportunidade aos grandes lances de crueldades. Os registros de óbitos não apresentam mortandade africana em massa. Pereciam, em meados do século XIX, brancos e pretos, possivelmente vítimas de males semelhantes oriundos da terra, e não vitimados pelo exagero de maus tratos. No período emancipador registra-se pequeno êxodos de mancipios das propriedades dos antigos senhores, o que prova a existência de afetividade entre um elemento e outro.

O trabalho do escravo na lavoura de cana e no engenho de açúcar foi presenciado pelos cientistas viajantes que percorreram a Província em suas zonas mais povoadas. Pohl descreve o Engenho São Sebastião, considerado um dos maiores das proximidades da Capital. Embora grande, era menor que aqueles existentes no Rio de Janeiro e Pernambuco. Era todo construído de madeira e as moendas movimentadas por uma roda d'água que era também adaptada para moer milho (65).

Os engenhos menores eram de madeira jatobá, com dois varões puxados por mulas ou bois. O plantio de cana não cobria muito terreno, 3 ou 4 alqueires era o que possibilitava o trabalho de 10 ou 12 escravos. Ao lado da roça de milho ou mandioca, o feijão, o arroz e o algodão, eram semeados para suprir a carência do consumo. De acordo com a região, a cana de açúcar chegava a produzir para dois cortes. Homens e mulheres tomavam parte no trabalho. Havia grupos estabelecidos. Uns cortavam a cana, outros enfeixavam e amontoavam para o transporte em carros de boi até ao engenho. Segundo Andreoni, cada feixe constava de 12 canas. Cada escravo devia cortar por dia 350 feixes, ficando as mulheres encarregadas de amarrá-los (66). O trabalho era realizado de sol a sol, sendo que no período da moenda, penetravam pela noite a dentro, até a conclusão total do estoque acumulado. Havia nesta época, revezamento de grupos de moenda. Se as enghocas fica-

(65). — POHL (João Emanuel), *Viagem...*, *Op. Cit.*, I Parte, pág. 258.

(66). — ANDREONI (João Antônio), *Cultura...*, *Op. Cit.*, pág. 184.

vam longe da senzala, barracas de algodão tecido eram armadas ao lado, para os trabalhadores pernoitarem. Neste período acentuava-se mais a promiscuidade entre os escravos. Em 1806 a Província produziu 6.099 arrobas de açúcar, que serviram para consumo e exportação (67).

O trabalho do escravo estendeu-se também à cultura do tabaco. O fumo goiano tornou-se famoso no Brasil. Em 1806, a produção foi de 1.800 arrobas, em 1861, 7.575, decrescendo em 1875 para 6.705, de acordo com estatísticas publicadas em relatórios provinciais.

O labor principal consistia na queimada do mato, o preparo do terreno em canteiros esterçados e o lançamento das sementeiras. Como o número de escravos era reduzido, 10 ou 12 eram engajados na plantação. Roçavam, replantavam e colocavam a muda em cercados apropriados. Na colheita, a tarefa era executada dia e noite. No espinicamento da folha, toda a senzala tomava parte: crianças e velhos, por ser o serviço leve. Para o torcimento das folhas e a passagem das cordas de fumo de um pau para outro, diminuía o número de trabalhadores. 3 ou 4 escravos robustos, com muita destreza, eram suficientes (68).

Em 1875 quinze municípios goianos produziam o tabaco que era exportado em cargueiros, tangidos por escravos e um feitor, para o Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Oscar Leal fala do fumo de Be'a Vista, cuja qualidade se devia ao terreno especial em que era cultivado e ao cuidado de sua fabricação.

“Era o fumo melhor do mundo”.

Na última metade do século XIX, foi incrementada a produção do café pela migração de cafeicultores paulistas para o município das Antas (Anápolis), Corumbá e Meia Ponte. Do preparo do solo, plantio e colheita, ainda se ocupava o escravo, que produziu para seus senhores a média de 17.266 arrobas para consumo e exportação no ano de 1861.

Por ocasião da Guerra do Paraguai, Goiás foi o celeiro de Mato Grosso. Foram, ainda, os municípios, que transportaram víveres, tangendo cargueiros de burros até a província vizinha, para o suprimento necessário aos combatentes nas fronteiras de nossa pátria. O *Correio Oficial* assim se expressa sobre o roteiro das

(67). — POHL (João Emanuel), *Viagem...*, Parte I, pág. 340.

(68). — Andreoni (João Antônio), *Cultura...*, *Op. Cit.*, pág. 244.

tropas de abastecimentos: iam por terra atravessavam o Araguaia e dirigiam-se a Cuiabá: os produtos do solo goiano, trabalhados por escravos e por eles transportados, serviram, ainda, para que a integridade nacional fôsse respeitada.

*

O pasteiro.

Foi atividade paralela ao período agrícola, base econômica do Norte e do Sudoeste da Província. Nos grandes espaços desabitados, o gado espalhava-se em estado semi-selvagem e multiplicavam-se conforme a natureza. De modo geral, todo território da Província era região de invernada. Fazendas de gado de grandes e pequenos proprietários multiplicaram-se no decorrer do século XIX. As insta'ções eram em conjunto muito simples, constando de curral, paiol e casa dos moradores. O pessoal da lida era constituído de vaqueiros, em número reduzido, porém de grande atividade e vigor.

O negro das invernadas vivia livre e desapegado do domínio do senhor. A êste mister, o selvícola se prestou bem, pela liberdade de ação que lhe dava. A hierarquia diluía-se na largueza das pastagens e o escravo sentia-se o próprio senhor ao tanger a alimária (69).

O comércio mais intenso de gado se fazia no Norte com o mercado de Cametá, com grandes vantagens para os vaqueiros (70).

Em meados do século XIX o Norte chegou a conduzir 20.000 couros de boi ao Pará (71). A carne sêca era preparada e levada ao litoral para exportação. O mancípio participou também ativamente dêste trabalho. É êle o curraleiro, o veterinário improvisado, o peão, o tangedor de manadas para o salitrimento. Nas levas de boiadas de Rio Verde e Jataí para Mato Grosso, para venda no Paraguai, ainda ao lado de vaqueiros, às vêzes crioulo fôrro ou capataz da confiança do senhor, integrava a comitiva que consistia em burros de carga, vasilhame completo de cozinha, redes, apetrechos de lidar com o gado. Lá ia o mancípio abrindo picadas, campeando rezes, cercando-as do tresmalho no amplidão do cerrado. Na passagem a vau pelo rio Araguaia, algumas vêzes a boiada refugava. Ainda era êle, com seus companheiros, que atrelava uma rêz, consturava-lhe os olhos e jogava-a na água a fim

(69). — GOULART (José Alípio), *Brasil do boi e do couro.*, *Op. Cit.*, I Vol., pág. 149.

(70). — *A TRIBUNA LIVRE*. Goyaz. Pág. 1. Nº 308. 27-01-1883.

(71). — BRASIL (Americano do), *Súmula...*, *Op. Cit.*, pág. 113.

de que fôsse acompanhada pela manada inteira até a margem oposta (72).

Na vida livre do campo, dormia próximo ao capataz, auxiliava-o no transporte, comia ao seu lado assentado em tamboretos de couro, em pratos que se assemelhavam, e em panelas da mesma trempe. A aventura pelo sertão irmanou as classes e a hierarquia foi desaparecendo aos poucos.

*

Distribuição de Municípios ao longo da Província.

Ao compulsar os pacotes onde constam as matrículas de escravos da Província, concluímos que o maior número provinha das regiões de mais rica produção agrícola: Goiás, Meia Ponte, Catalão, Rio Verde e São José do Tocantins.

Quadro demonstrativo dos escravos matriculados nos principais municípios goianos, com suas respectivas profissões em 1872 (73).

Município	Nº de Escravos	Profissão	Número	Residência	Número
Goiás	1.222	Agrícola	134	Urbana	475
		Artista	541	Rural	747
		Jornaleiro	114		
		Não Declarada	433		
Meia Ponte	993	Agrícola	274	Urbana	84
		Artista	404	Rural	909
		Jornaleiro	3		
		Não Declarada	312		
Catalão	1.029	Agrícola	361	Urbana	230
		Artista	9	Rural	799
		Jornaleiro	420		
		Não Declarada	239		
Rio Verde	843	Agrícola	259	Urbana	220
		Artista	15	Rural	623
		Não Declarada	539		
São José do Tocantins	265	Agrícola	231	Rural	198
		Artista	4		67
		Não Declarada	40		

(72). — Narrativa oral de vaqueiros que trabalharam na região.

(73). — ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS. Pacote 1703. Agricultura.

As regiões acima apontadas fazem parte do Sudoeste, Sudeste, Centro-Norte e Centro-Sul, o que nos apresenta a média da distribuição do trabalho em toda província.

A medida em que o trabalho foi se reorganizando, depois da decadência do ouro, a população que ocupou a região Centro-Oeste foi se radicando nas zonas de maiores possibilidades agrícolas e pastoris.

A denominação de Profissão Agrícola, inclui a faina de lavrador e vaqueiro. Eram os escravos que roçavam, plantavam, colhiam, dirigiam as rêses, curavam-nas e cuidavam de sua alimentação.

“Artistas eram os artífices, dedicados ao serviço artesanal: carpinteiros, pedreiros, ferreiros, alfaiates, sapateiros, pintores, tecelões. Concentravam-se mais na zona urbana, embora algumas fazendas os mantivessem entre os seus serviços”.

A “profissão não declarada” representava a dos elementos indecisos, que faziam de tudo um pouco, sem se ocuparem preferentemente de especialização.

De modo geral, as profissões registradas nos livros de matrículas em toda Província, pelos meados do século XIX, assim os apresentavam: lavrador, cozinheiro, carpinteiros, pedreiros, sapateiros, alfaiates, trabalhador em mineração, fiandeiros, tecelões, vaqueiros, ferreiros, costureiros (as). Predominam o trabalho na lavoura, na cozinha e outros serviços domésticos. As profissões manuais vão sendo aos poucos absorvidas pelo trabalhador livre, a medida em que o domínio do escravo vai se esvaindo da mão dos proprietários, com as propagandas liberais e as alforrias numerosas que vão surgindo, em decorrência das circunstâncias políticas e sociais do fim do século XIX.

*

O trabalho escravo em Meia Ponte

A escôlha de Meia Ponte (Pirenópolis) a fim de caracterizar os aspectos do trabalho escravo em Goiás, se prende à sua localização e formação histórica.

Povoada quase na mesma época em que Vila Boa o foi, e não sendo a capital, poderá ilustrar, mais vivamente, os quadros, naturais do contato do homem com o meio e seu paulatino domínio dos acontecimentos que foram surgindo no decorrer de dois séculos de ocupação.

Os benefícios oficiais, não sendo obrigatoriamente canalizados para a região e sim para Vila Boa de Goiás, possibilitam observar como o próprio aventureiro, minerador, proprietário de terras e agricultores se houve, com seus esforços e o de seus escravos, para superar a rusticidade da natureza e dominá-la aos poucos. Podemos observar, ainda, como tentou o colono sobrepor-se a si mesmo, com o auxílio da religião e da cultura, que vagarosamente inseriram-se na sociedade. Amainaram-se com o tempo os atos instintivos de ferocidade egoística do mais forte e do mais esperto sobre os fracos, despojados de malícia e capacidade de reação defensiva.

*

Os primórdios da ocupação de Meia Ponte.

Os documentos oficiais do século XVIII denominam a região de Comarca do Rio Maranhão, abrangendo Nossa Senhora do Rosário das Minas de Meia Ponte, Corumbá, Peixes e Jaraguá.

As minas do rio das Almas foram descobertas por Urbano Couto de Menezes, companheiro de Bueno, em 1727. Não possuindo escravos e outros bens que lhe possibilitassem sua exploração, cedeu-as a Manoel Rodrigues de Thomar. A este aventureiro paulista, são atribuídas, igualmente, as descobertas do ouro de Santo Antônio do Campo e do Rio São João, próximos à mesma região. O primeiro encontro destas últimas minas foi feito entretanto, por Amaro Leite Moreira, que ficou em segundo plano devido à ascendência de posses de seu companheiro (74).

O povoado foi se formando em torno da capela de Nossa Senhora do Rosário. O aglomerado se uniu, definitivamente, pelo ano de 1731. Sua fundação é atribuída a Manoel Rodrigues de Thomar. Unindo os esforços de seus companheiros e levando os escravos a trabalhos extras além dos que se faziam nas minas, a capela original se levantou. Os primeiros grandes proprietários de escravos da região foram o Guarda-Mor Manoel Rodrigues de Thomar e Fernão Bicudo de Andrade.

Observamos, já a partir de 1732, a sociedade se organizando em torno da igreja, dos batizados e das minas. O quarto batizado registrado na futura matriz tinha como padrinho o guarda-mor das Minas e o fez num filho legítimo de brancos, seus companheiros de aventura (75). Outros se lhe seguiram. Observamos, então,

(74). — JAIME (Jarbas), *Esbôço Histórico de Pirenópolis, Op. Cit.*, pág. 69.

(75). — LIVRO Nº 1. Registro da Paróquia..., *Op. Cit.*, pág. 1.

que se transplantou para o local, principa'mente do povoado de Santana, uma sociedade já delineada dentro da tradição normal da colônia. Outros elementos a ela foram se agregando, a medida em que as riquezas afloravam.

O primeiro ano de vida oficial da comunidade meiapontense registra o seguinte aspecto, através dos batizados: 9 inocentes bastardos de escravos, 6 filhos legítimos, as maioria de brancos — os primeiros casais já constituídos e 6 escravos adultos. Os últimos, possivelmente chegados recentemente de seu país de origem.

Os trabalhos de mineração, lavoura e pastoreio já foram vistos anteriormente no estudo geral da Província. A nossa atenção irá se fixar nas construções religiosas, nos muros de pedra, no calçamento das ruas e na fazenda São Joaquim, principal propriedade rural. Ao lado, as manufaturas têxteis, juntamente com o principal produto agrícola que a possibilita — o algodão.

*

Os templos religiosos.

Em documentos compulsados pelo historiador Jarbas Jaime, extraídos dos arquivos de Sebastião Pompeu de Pina, o primeiro templo religioso teve início com as primeiras oitavas de ouro extraídas do rio das Almas. De acôrdo com a tradição, Manoel Rodrigues de Thomar, ao estabelecer-se na região com seus companheiros e escravos, mandou rezar às margens do rio das Almas a primeira missa, com o produto das primeiras batéias de ouro. Não há o que prove com certeza. É ainda tradição expressa por Alencastre e depois por Americano do Brasil, de que os alicerces foram lançados entre os anos de 1727 e 1731. Foi atribuída a data de início da construção, a 7 de outubro de 1727, dia de Nossa Senhora do Rosário (76). A primeira documentação escrita da paróquia teve início em dois de março de 1732, com o primeiro livro de registro de batismos, feito pe'o Capelão José Frias de Vasconcelos (77). É possível que tenha havido um construtor diligente e bem entendido em arquitetura. Não há documentos que guardem o seu nome. A coordenação geral deve ter sido a participação direta do primeiro pároco.

O trabalho dos alicerces, certamente congregou número elevado de escravos, pois o local onde erige-se a matriz eram constu-

(76). — JAIME (Jarbas), *Esbôço...*, *Op. Cit.*, pág. 70.

(77). — Livro nº 1. Pág. 1. Registro da Paróquia de Meia Ponte *Op. Cit.*

tuido de terreno alagad'ço. Foi necessário um serviço de drenamento, com condutos subterrâneos que saiam do meio do corpo central do edifício (78).

Volviendo à imagem do passado, podemos encontrar o mestre de obras, provavelmente assalariado, dirigindo um conjunto de trabalhadores escravos, cuja atividade inicial consistia em cavar fossos laterais no terreno e revesti-los com pedra nativa da região. É possível que os escravocratas do local se tenham congregado para fornecerem a mão-de-obra da construção. Vê-mo-la cavando, retirando a terra, carregando pedras, amontoando-as, empilhando, unindo-as com argamassa e firmando-as. Os corpos suados, a fisionomia passiva e o trabalho continuado, sol após sol até o aprontamento do alicerce. A tradição oral consta que um escravo morto no local teve seu corpo amalgamado com a rocha comprimida, o que ajudou a firmar a base de pedra da construção.

Pedreiros e carpinteiros livres, ao lado dos mancípios, conduziram carretões com peças de madeira muito pesada para plantarem os suportes da construção. As paredes são de taipa e medem 9 palmos de espessura. Duas tôrres se levantam de cada lado do corpo central do frontispício em forma de cha'é, compondo a fachada da construção. Numa das tôrres, um relógio. A porta central é de madeira grossa, com seus suportes laterais de pedras superpostas, cujas peças inteiriças medem sete palmos de altura. Quatro janelas que se abrem para o côro, compõem a face central do templo. As paredes laterais continuam o corpo do edifício e dão-lhe aspecto de um casarão colonial. O interior é simples, mas espaçoso. Uma escada estreita e sinuosa atinge o côro e o último andar da tôrre, onde ficam o mecanismo do relógio e o sino.

Os andaimes, o barro amassado, as pedras amalgamadas e as paredes se levantando — eis o resultado de um trabalho ritmado, um conjunto dirigido pela autoridade severa e às vezes cruel do mestre da construção. A fé, a obediência, os humores e suores, as revoltas, — um dinamismo do esforço e sofrimento compõe a pedra inicial do povoamento que se plantou. Os altares são de madeira trabalhada em estilo barroco. Não há certeza se a escultura do madeiramento tenha sido feita por escravos. É certa sua participação subsidiária. No museu das Bandeiras em Goiás, há uma peça de madeira, finalmente trabalhada por Joaquim de Angola, datada do começo do século XIX. Por êste exemplar, podemos deduzir a possibilidade de participação efetiva do mancípio na construção interna do templo.

(78). — JAIME (Jarbas), *Esbôço...*, *Op. Cit.*, pág. 605.

A matriz não conserva, integralmente, seu feitiço inicial. Arruinada nas primeiras décadas do século XIX, foi reformada por iniciativa do Comendador Joaquim Alves de Oliveira que, junto a outros cidadãos do lugar, financiou sua reconstrução.

É ainda Jarbas Jaime que encontrou os documentos dos condicionadores da antiga construção. Em 1 de setembro de 1843 iniciaram-se os reparos. Neste período, os trabalhadores livres operavam ativamente ao lado do escravo. A pintura esteve a cargo de Inácio Pereira Leal, Antônio da Costa Nascimento, cujos auxiliar foi o futuro Frei Herculano de Pina, que contava, na época, 14 anos de idade (79).

No arraial existiam mais 5 igrejas, segundo Silva e Souza e 4 conforme Cunha Matos (80).

Em 1742 os pretos construíram o seu próprio templo, com o nome de Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. É onde foi criada a Irmandade de São Benedito, registrada e posta oficialmente em função em 1811, conforme estatuto existente em casa do Senhor Pompeu e Pina em Pirenópolis.

Ainda resultado da iniciativa dos negros, a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte da Lapa, localizada em oposição a igreja do Bonfim. Foi erigida em 1760, pela Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos Livres. Sua construção é de adobe e erigida sobre sólidos alicerces.

A igreja de Nossa Senhora do Bonfim retém uma história que ilustra a opulência de alguns proprietários da época e o vigor da participação do africano. Foi construída entre 1750 e 1755. O Sargento-Mor Antônio José de Campos adquiriu em Salvador a imagem do Divino Crucificado, que está na parte central do altar, e veio transportado daquela cidade até Meia Ponte, por 260 escravos. O crucifixo foi colocado numa caixa de madeira com alças que se apoiavam nos ombros dos carregadores (81).

Podemos, ainda, lançar a atenção para o calçamento do Morro Grande, que, conforme a tradição, foi financiado pelo Sargento-Mor Antônio José de Campos Curado, senhor de dezenas de escravos, que levou os seus servos a cobrirem de pedra o local e erigirem sua propriedade nas proximidades.

Nos quintais da rua paralela que se opõe ao largo da Matriz, existem as bases de muros de pedra, cuja fase inicial foi tra-

(79). — *Idem*, pág. 617.

(80). — SAINT-HILAIRE, *Viagem...*, *Op. Cit.*, II Vol., pág. 51.

(81). — Livro nº 3 de Corumbá. 10-02-1827.

balhada pelo mancípio. Construções de taipas, cujas paredes medem 5 ou 6 palmos de espessura e datam do final do século XVIII, ainda se encontram no centro da cidade, como testemunhas silenciosas da fase obreira do servo, que ajudou a plantar os alicerces de nossa economia colonial.

*

O trabalho escravo no engenho São Joaquim

A maior fazenda agro-pastoril de Pirenópolis, pertenceu ao Comendador Joaquim Alves de Oliveira. Teve início pelo começo do ano de 1800.

Com um só escravo, estabeleceu-se o marco de sua fortuna lavourista, dando origem à mais próspera propriedade rural de Meia Ponte (82). Não há documentos que descrevem o decorrer da construção. Planejada com a preocupação de maior rendimento do trabalho escravo e de maior facilidade de administração, o edifício não se aprimora pelo estilo apurado de linhas arquitetônicas modelares. Nem haveria tal possibilidade na distante da província dos goiases. O corpo central da construção é a grande sala de jantar que se liga ao jardim, aos quartos de escravos domésticos, ao engenho e às restantes dependências da casa, através de um longo corredor. Uma grande varanda protege a frente da construção, onde se vê o compartimento da moenda de cana, com grandes mourões de madeira, como suportes das paredes de argamassas, entremeando o madeiramento horizontal, atado com cipó, que tem resistido o tempo. Ao lado e pertencendo ao corpo da construção, a Capelinha — Altar, que se liga aos dormitórios e à varanda larga, onde se possibilitavam, guardada a hierarquia, a todos assistirem as cerimônias religiosas: proprietários brancos nos dormitórios ou sala e os escravos na varanda. Saint-Hilaire cita o número de 100 escravos, por ocasião de sua passagem pela fazenda, em 1819 (83). Compulsando o Inventário do próprio Comendador, concluído em 1855, constatamos a existência de 118 mancípios, assim distribuídos, conforme a idade (84):

1. — Escravos válidos (homens e mulheres entre 16 e 58 anos)	84
2. — Escravos entre 60 e 90 anos	11
3. — Escravos entre 6 meses e 15 anos	23
TOTAL	118

(82). — JAIME (Jarbas), *Cinco Vultos Meiapontenses*. Publicação do Instituto Genealógico Brasileiro. 1943, pág. 61.

(83). — SAINT-HILAIRE, *Viagem...*, *Op. Cit.*, Tomo II, pág. 183.

(84). — INVENTÁRIO. Cartório 1º Ofício. Pacote nº 14 — Pirenópolis.

Ocupavam-se os trabalhadores, de acôrdo com o inventário, com o serviço da lavoura, tecelagem, fabricação do açúcar, pastoreio. Ainda á Saint-Hilaire que enumera a existência de máquinas de descarçar algodão, movida à água e em número de doze. Da mesma forma, movido pela fôrça d'água, o engenho de ralar mandioca, onde o trabalho de quatro escravos consistia em colocar as raízes do tubérculo no ralo e apoiá-las para que a máquina as triturasse.

A tecelagem se fazia para o gasto da fazenda; rocas, fusos e teares, eram acionados pelos escravos. A exportação de algodão, mediante o descarçamento, se fazia sem outro beneficiamento maior.

Ainda hoje, observam-se, nos currais, em volta da residência grande, as cêrcas com base de pedras superpostas, ligadas com argamassa, resistindo as intempéries de século e meio de existência.

No trabalho da lavoura de cana, usava-se arado, um dos únicos existentes na Província, e a adubagem do terreno se fazia com o bagaço de cana (85). Era, talvez, a única propriedade da época onde eram usados os modernos processos agrícolas, introduzidos pelo próprio fazendeiro, diferenciando-se, assim, a sua propriedade lavorista da tradicional derrubada de mata, queima e coivara.

A senzala ficava longe da construção principal. Os escravos casados dormiam afastados dos solteiros e a preocupação era de casá-los na época própria e mantê-los o tempo todo atarefados sem esfalfá-los, a fim de que a disciplina fôsse constante.

A exportação se fazia em grandes comitivas de cargueiros, onde ao lado do comerciante responsável, viajavam os escravos, levando os produtos para Mato Grosso, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo. Ainda, dentro da Província, abastecia de açúcar, aguardente, café, fumo, toucinho, tecidos grosseiros, o comércio da Capital e dos arraiais mais próximos.

*

* *

CONCLUSÃO FINAL.

Dados numéricos.

Números de escravos obtidos no século XVIII:

Em 1742, nas minas de Meia Ponte, Crixás e Vila Boa: 8.081
(86).

(85). — JAIME (Jarbas), *Esbôço...*, *Op. Cit.*, pág. 65.

(86). — PALACIN (Luís), *Goiás, 1722-1822.*, *Op. Cit.*, pág. 13.

Números de escravos obtidos no século XIX:

Em 1804, de acôrdo com dados extraídos de Silva e Souza: 19.285.

Em 1808, dados obtidos em *O Patriota*: 20.027.

Em 1819, em publicação fornecida por Pizarro: 27.000.

Em 1824, em publicação de Cunha Mattos: 13.375 (87).

Em 1872, em publicação de o *Diário Official*, devido ao Recenseamento: 10.652 (88).

Não podemos apresentar estatística rigorosa. Muitos documentos ainda deverão ser compulsados. Fornecemos os resultados que estiveram ao nosso alcance até agora.

Baseando-nos em dados que se apresentam nas datas entre 1824 e 1872, chegamos a conclusão de que a média de 50 a 55 escravos anualmente foram alforriados ou deixaram de existir, no derer de 48 anos. Aumentaram-se, posteriormente, as alforrias em tôda a Província. Ao chegar o período emancipador, havia a média de 4.549 mancípios. Observamos, então, que a defasagem foi se acelerando à medida em que foi chegando o momento da libertação, atingindo, a diferença, a média de 407 mancípios para cada ano.

Considerações.

Procuramos apresentar o retrato do que foi a participação do trabalhador na implantação na vida civilizada no Centro-Oeste. Não difere, em linhas gerais, do que foi o labor no restante do país. Ao lado do administrador, estive em tôda as fases da economia goiana, resistindo, tenazmente, às adversidades sempre presentes: dificuldades climáticas, distâncias, imposições da Corôa, injustiças do fisco, moléstias, insensibilidades dos poderes públicos. Por ocasião do processo emancipador, permaneceu o escravo, em sua maioria, onde já residia, transferindo-se para o trabalho livre suas fainas de lavrador, artesão e pequeno minerador.

Os remanescentes livres encontram-se pontilhando a largueza da região em todos os povoamentos. Atualmente seus descendentes integram a sociedade que parte para melhores condições econômicas, com auxílio de novas técnicas que já se inserem em nosso meio, adaptando-se ao processo civilizador que continua a insistir sua introdução nos descampados que nos permeiam.

(87). — SAINT-HILAIRE, *Viagem...*, *Op. Cit.*, Tomo II, págs. 294 e 295.

(88). — *CORREIO OFFICIAL*. Goiaz. 1873 e 1887.

*

* * *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Niko Zuzek* (FEI/São Bernardo e FFCL/Santos. São Pau'lo).

Diz que pouco se sabe sôbre os goiases. Seria interessante saber de que modo os seus costumes e habilidades naturais foram explorados na escravidão.

Pergunta: qual a contribuição especial da mão-de-obra africana em Goiás, diferente da indígena?

Indaga ainda: qual a diferença do tratamento em relação aos escravos africanos e indígenas?

*

Do Prof. *Roberto Machado Carvalho* (FFCL/Itú. São Paulo).

Pergunta: todos os escravos nas minas de Goiás eram índios? Poderia esclarecer melhor a participação do negro? De que forma chegavam os negros a Goiás? O trabalho não faz referência ao processo comercial de produção de Goiás. Porque?

*

Do Prof. *Alcindo José Chacon* (FFCL/Lins e Tupã. São Pau'lo).

Declara que tôda a mão-de-obra escrava, ociosa após a decadência da mineração foi absorvida pela atividade agro-pecuária de Goiás ou, em parte, foi canalizada para a Província fluminense, onde se iniciava a expansão da lavoura cafeeira.

*

Da Prof.^a *Hilda Pivaro* (Fundação Universidade de Maringá. Paraná).

Diz que se sabe que a pecuária de Goiás destinava-se ao consumo local e das Minas Gerais.

Pergunta:

1). — Essa atividade teria condições de suportar o pêsso da mão-de-obra africana?

2). — Em que bases foi organizado o trabalho servil africano após a extinção dos metais?



RESPOSTAS DA PROFESSORA GILKA VASCONCELOS FERREIRA DE SALLES.

Ao Prof. *Niko Zuzek*.

Respondendo, diz que:

1). — As referências que alguns bandeirantes fizeram aos índios goiases, no decorrer do século XVII, foram escassas e pertenceram, ao que tudo indica, ao domínio de lendas. Sua localização se apresenta, segundo alguns dados obtidos em testamentos e relatos, à oeste da confluência do então rio Parauapava, o nosso atual rio Araguaia.

O inventário de Martim Rodrigues, datado em 1612, cita uma negra da na guaiá ou guoaiá, tida como índia escravizada da entrada de Domingos Rodrigues; Pedro Teixeira, em expedição de 1637, traz em sua companhia os missionários Padre Cristoval e Acuña e André de Artieda, que citam em seus relatos a existência dos índios goiases, agrupados entre a confluência dos rios Parauapava e Iabeberí; em 1665, com a bandeira chefiada por Francisco Lopes Buonavides, surge em inventário a expressão “sertão dos guaiás”. Esses índios tornaram-se lendários. Não encontramos documentos que se referem mais freqüentemente sobre tais primitivos, a não ser a tradição do Anhanguera II, recolhida por Silva e Sousa.

Ao tempo dos primeiros assentamentos da colonização em Vila Boa, já tais aborígenes haviam desaparecido, possivelmente exterminados ou afastados para regiões mais longínquas. Manoel Rodrigues Ferreira em o *Misterio do Ouro dos Martírios* a eles se refere, esclarecendo terem sido de tês mais clara do que o comum das outras tribos da região.

2). — O trabalho escravo em Goiás não diferiu daquele realizado em outras regiões do Brasil. Alguns aspectos locais se prendem à faina da mineração, que se processava com as mesmas características da de Minas Gerais, sendo, muitas vèzes, conforme relata Eschwege, bastante elementar. O uso da batéia, introduzido pelo africano, foi largamente empregado em nossa mineração. Quando o colono penetrou pelo Centro-Oeste, já contava com dois séculos de *habitat* brasileiro, não havendo, portanto, inovações possíveis.

Quanto ao trabalho escravo indígena, notamos sua atuação como “administrado”, sendo sua situação oficial protegida por força de lei, desde o começo do século XVII. Embora muitas vezes escravizado, o seu trabalho foi notado, sobretudo, nos aldeamentos, cuja faina relatamos às páginas 611 de nosso trabalho.

3). — Nas regiões onde a fiscalização oficial não penetrava ou fazia “vistas grossas”, o tratamento do indígena escravizado não diferia do recebido pelo africano. Conforme já nos referimos, os indígenas foram protegidos, desde o início de nossa colonização, pelas missões religiosas, e mais tarde concentrados em aldeias do govêrno. Nem sempre os aldeamentos primavam pelo tratamento cristão, razão de as tribos ali aglomeradas, terem se dispersado, reingressando nas florestas.

*

Ao Prof. *Roberto Machado de Carvalho*.

Responde que:

1). — Pode-se afirmar que a maioria dos trabalhadores das minas era constituída de africanos. Desde as primeiras entradas dos sertanistas, já o negro fazia parte das comitivas, confundindo a sua faina com a do indígena na mesma situação.

2). — Os negros chegaram, a princípio, com as bandeiras, alguns sertanistas de posse de seus próprios escravos. Em algumas ocasiões, o próprio govêrno paulista introduziu, a título de auxílio, à Bandeira, certo número de escravos. Os mancipios vinham ao território goiano através dos comboios, recambiados da Bahia, Pará, do litoral paulista e fluminense. O primeiro carregamento negroiro data de 7 de setembro de 1752.

3). — A questão é interessante e a Autora poderia ter-se detido mais no processo comercial da produção durante os séculos XVIII e XIX, pois relaciona-se diretamente ao tema do trabalho.

Inicialmente, da descoberta até o fim do século XVIII, toda produção de Goiás referia-se ao ouro. Os carregamentos iam à Capitania de São Paulo e mais tarde ao Rio de Janeiro. A produção agrícola, escassa e irrelevante, a não ser entre 1860 e 1870, assim como a pecuária, era levada em comitivas de muares ao Rio de Janeiro ou ao Pará, via Tocantins-Araguaia, sendo que, no último caso, através de embarcações. O comércio nunca foi intenso, o que se evidencia pelas distâncias a serem percorridos e a ausência de estradas com a escassês das pontes.

*

Ao Prof. *Alcindo José Chacon*.

Diz que não se pode figurar de modo categórico a escassês do ouro e a presença de um senhorio com numerosos escravos ociosos a serem recambiados para outras regiões de maior produção agrícola, como a zona cafeeira fluminense. A decadência aurífera se processa lentamente, havendo sempre a tentativa de um encôntro com novas e ricas minas. A evidência do fracasso desanimou os proprietários, e os negros minguaram-se pela morte e a fuga. Os remanescentes permaneceram nos locais, com parquíssima faiscação e andrajosa condição de sobrevivência. É possível que pequeno número tenha se desviado para outras províncias, mesmo a fluminense. O seu número deve ter sido de irrelevante significado.

*

À Prof.^a *Hilda Pivaro*.

Em resposta diz que:

1). — A atividade da pecuária se fêz concomitantemente com a agrícola. Quando escasseou-se o ouro, já o escravo também havia se reduzido. A mortandade e a impossibilidade de novas aquisições foi reduzindo-o. Não houve em Goiás, “pêso de mão-de-obra”. O africano foi naturalmente conduzido ao pastoreio, que constituiu elemento de democratização e integração, num convívio mais aproximado com os brancos. Nos confins da vida rural goiana, a palavra sociedade não se aplica bem à realidade. Podemos nos referir a grupos remanescentes nos espaços que se distanciavam, e das levas de imigrantes que foram se aproximando aos poucos, no decorrer do século XIX.

2). — A questão encontra-se respondida às páginas 620, 621, 622 e 623 de nosso trabalho, quando nos referimos ao trabalho da lavoura e da pecuária na Capitania de Goiás.